Revista eletrônica
HISTÓRIA
EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

"QUERO E VOU CONTINUAR SENDO ÍNDIA AQUI, LÁ OU ACOLÁ"

Ensino de História Indígena Através de Narrativas de Mulheres Laklãnõ-Xokleng que Vivem em Cidades

"I WANT AND WILL CONTINUE TO BE AN INDIAN HERE, THERE AND EVERYWHERE"

Teaching indigenous history through narratives by Laklãnõ-Xokleng women who live in cities

*LUISA TOMBINI WITTMANN**
*CLARICE EHMKE GAYO***

Resumo: A história do Vale do Itajaí-SC é muito mais diversa e conflituosa do que aparenta uma história única pautada na memória elogiosa da imigração europeia. O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão histórica e de ensino de história que dialogue com produções Laklãnõ-Xokleng, sobretudo TCCs do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC) e narrativas de mulheres indígenas que moram em cidades e mantém vínculos profundos com a Terra Indígena Ibirama Laklãnõ. As trajetórias de Maria Elis Tolym Nunc-Nfôonro e Ana Roberta Uglõ Patté revelam desafios enfrentados pelos povos indígenas na contemporaneidade, que resultam de violentos processos históricos e geram incansáveis lutas no campo da educação e no combate ao racismo. Este estudo resultou na elaboração de um material didático, apresentado na parte final deste texto, que contribui com a implementação da Lei 11.645/2008 ao propor atividades de investigação histórica através da análise fontes diversas para o ensino de história indígena. "Gente Agente" é um site educativo, disponível também em *ebook*, composto de seis aulas-oficinas nas quais estudantes são instigados/as a conhecer e a analisar histórias através de perspectivas indígenas.

Palavras-chave: Ensino de História. História Indígena. Laklãnõ Xokleng.

Abstract: The history of Itajaí Valley is much more diverse and conflicting than the "single story" (Adichie, 2009) based only on the celebrated memory of European immigration. This article aims to present a historical and teaching reflection that dialogues with Laklãnõ-Xokleng indigenous productions, especially narratives of women who live in cities and keep deep bonds

* Professora Adjunta do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em História (PPGH e Profhistória) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente, coordena o AYA - Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais (FAED/UDESC) e o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UDESC), além de projetos de extensão e de pesquisa no campo da História Indígena. E-mail: luwittmann@gmail.com

** Professora de História efetiva da Rede Pública Estadual de Santa Catarina. Foi Professora Supervisora PIBID - História (FURB), 2014/2015 e é Membro do Centro de Memória Oral e Pesquisa- CEMOPE, (FURB). Graduada em História pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), 2000. Pós-graduada em História e Acervos (FURB), 2003 e Mestre em Ensino de História pelo Profhistória (UDESC), 2021. E-mail: claricegayo@gmail.com

with the Ibirama Laklãnõ Indigenous Land. The trajectories of Maria Elis Tolym Nunc-Nfôonro and Ana Roberta Uglõ Patté reveal challenges faced by indigenous peoples in contemporary times, which result from violent historical processes and generate struggles in education and in the fight against racism. This study resulted in a didactic material that proposes investigation activities through various historical documents for the teaching of indigenous history. “Gente Agente” is a website composed of classes-workshops through which students are encouraged to learn from indigenous perspectives.

Keywords: Teaching History. Indigenous History. Laklanõ Xokleng.

Quem percorre as estradas do Estado de Santa Catarina, na região do Vale do Itajaí[1], se depara com placas de sinalização que revelam uma memória identitária hegemônica e, portanto, excludente. “Bem-vindos ao Vale Europeu”, enfatizam alguns alertas oficiais. Visitantes são instigados pela propaganda local a imaginar, de maneira idealizada e generalista, “um pedacinho da Europa em solo verde e amarelo”. Os moradores, para além desta narrativa que valoriza de maneira exacerbada uma ascendência europeia, vivenciam um cotidiano que silencia, ao mesmo tempo que inferioriza, pertencimentos outros. A história da ocupação dos territórios que hoje conhecemos como Santa Catarina é marcada pela presença milenar de povos indígenas. Porém, o que se divulga aos viajantes e se reforça aos habitantes é uma história única (ADICHIE, 2019).

A consciência histórica dos estudantes catarinenses, especificamente do Vale do Itajaí, é marcada por esta memória que engrandece um passado laborioso de antepassados europeus, mesmo que em sua história familiar existam presenças que não tenham chegado à região em navios oitocentistas. O hino oficial de Blumenau, cidade-sede da região metropolitana do Vale do Itajaí, explicita esta história construída e reforçada acerca da cidade: “Blumenau, tens o nome do primeiro / Que chegou e desbravou tuas riquezas / O progresso mora aqui / Blumenau, és razão de viver / O teu nome tem história / Blumenau, nunca vou te esquecer”.[2] Hermann Otto Blumenau segue marcando o início da história local em 1850, mesmo havendo estudos que

1 O Vale do Itajaí é uma das oito regiões do Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. Está localizado próximo do litoral norte e distante 94 km da capital do Estado, Florianópolis. A Região Metropolitana do Vale do Itajaí conta com 16 cidades, das quais Blumenau é considerada sede.

2 Em agosto de 2000 foi aprovado pela Câmara Municipal o hino oficial da cidade, música de Edson Luís da Silva e versos de Márcio Volkmann. O hino de cinquenta anos antes, composto para o centenário de Blumenau, além de explicitar uma história de progresso construída unicamente por mãos europeias, afirma que as terras não tinham dono e desumaniza os povos indígenas que viviam na região: “Há cem anos, por estas paragens / Terras férteis, imensas, sem dono / Brava tribo de rudes selvagens viu surgir o primeiro colono (…) Celebremos o audaz pioneiro / Sonhador, de visão temerária / Que de um virgem sertão brasileiro / Fez surgir Blumenau centenária (…) Blumenau! Blumenau! Tuas fontes contam lendas de heróis europeus (...) E o progresso tornou-te tão grande / Que és o orgulho do nosso Brasil!” Hino composto em 1950 por Eduardo Mário Tavares, música de Aldo Krieger.

revelam presença indígena muito anterior à chegada dos europeus neste território ancestral.

Se na memória local o imigrante germânico segue sendo o vulto de uma suposta história harmônica e homogênea de ascensão plena, quais são os nomes e as histórias propositadamente esquecidas? Como podemos contribuir para um equilíbrio das histórias, como sugeriu o escritor nigeriano Chinua Achebe?[3] Primeiramente, é necessário se distanciar de uma narrativa factual e linear, para, em seguida, desmistificar seus marcos, datas solenes e personagens heróicos, e, então, fazer novas perguntas que nos levem a refletir sobre problemas do tempo presente. A história do Vale do Itajaí é muito mais diversa e conflituosa do que aparenta a culinária turística ou mesmo a historiografia oficial. O objetivo deste artigo, neste sentido, é apresentar uma reflexão na qual a história do Vale do Itajaí é pensada a partir do que contam os/as indígenas Laklãnõ-Xokleng. A escolha por trabalhar com um povo indígena específico tem como objetivo aprofundar o conhecimento acerca de uma história e cultura singular, em contraposição à homogeneização que marca o senso comum e infelizmente o ensino de história indígena.

Historicamente, a perspectiva etnocêntrica com a qual os europeus enxergaram os povos originários alastrou ignorância sobre sua diversidade e consolidou a violência colonial. Na modernidade, a utilização da categoria "índio" pautou-se em uma racialização que era base do colonialismo e que se mantém na colonialidade do poder, do saber, do ser, da natureza e do gênero (QUIJANO, 2009; CASTRO-GÓMEZ, 2007; LUGONES, 2020). No caso do Brasil atual, é importante ressaltar que o Censo do IBGE realizado em 2010 contabilizou 305 povos indígenas e 274 línguas, somando quase 900 mil indivíduos, 45% deles morando fora da Amazônia legal e mais de um terço nas cidades.[4] Estes números significativos revelam uma rica diversidade étnico-cultural e instigam o estudo/ensino de processos históricos singulares em diferentes períodos e regiões do país. No caso deste artigo, buscar-se-á refletir sobre a história indígena passada e presente do Vale do Itajaí e o seu ensino através sobretudo de narrativas de mulheres Laklãnõ-Xokleng que vivem em cidades. Objetiva-se assim problematizar estereótipos e anacronismos construídos historicamente, ainda hoje

3 Considerado precursor do movimento literário nigeriano, Chinua Achebe ancora seus livros na tradição oral do povo Igbo. "Diante de uma história de que você não gosta ou que não o/a representa é preciso contar outra que se contraponha a ela" (apud MORTARI 2016, p. 41).

4 Houve um crescimento significativo, em relação aos censos anteriores, no que diz respeito aos autodeclarados indígenas. Vale destacar que a realização de um novo recenseamento demográfico é essencial para o planejamento e para a execução de efetivas políticas públicas, no geral, e daquelas direcionadas aos povos indígenas, que hoje resistem a ataques governamentais aos seus direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. O Censo que estava previsto para 2020 foi adiado inicialmente para 2021 e posteriormente para 2022, sofrendo cortes no orçamento previsto para a operação.

veiculados e até mesmo ampliados de que indígenas, por exemplo, vivem apenas nus em aldeias distantes e/ou que suas culturas estão congeladas no tempo.

O estudo de narrativas indígenas no ensino de história indígena tem como intuito colaborar com a efetiva implementação da Lei 11.645/2008 e de suas diretrizes correspondentes, especialmente no que diz respeito à valorização da diversidade da sociedade brasileira e do protagonismo dos indígenas de falarem sobre sua própria história e cultura.[5] As "Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na educação básica em decorrência da Lei 11.645/08" definem que o ensino de história indígena possibilite que os alunos/as compreendam que os povos indígenas no Brasil são muitos e variados. Como brasileiros/as, devemos estudar a complexidade e a dinamicidade dos processos históricos e culturais pelos quais passaram e passam os/as indígenas. Os povos originários estão inclusive em crescimento demográfico, ou seja, estão presentes e têm futuro como cidadãos desse país. São também produtores de conhecimento.

Ao enfrentar a "colonialidade do saber" (LANDER, 2005) no ensino da temática indígena, é fundamental que se faça ecoar narrativas locais, pois olhar o mundo a partir de perspectivas subalternizadas é uma forma de desafiar as narrativas hegemônicas supostamente universais construídas pela modernidade/colonialidade, combatendo opressões[6] (LEDA, 2015, p. 122). É imprescindível, portanto, que se estabeleça um diálogo intercultural, trazendo para o espaço escolar saberes e práticas que enriqueçam as discussões sobre a temática indígena e possibilitem avanços nas relações étnico-raciais. É importante ressaltar que a interculturalidade, de acordo com Catherine Walsh, é uma lógica de vida que busca a construção de um projeto social, cultural, político, ético e epistêmico orientado em direção à descolonialização.[7]

5 A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, foi alterada em 09 de janeiro de 2003 pela lei 10.639 que institucionalizou o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Em 10 de março de 2008 a sanção da Lei 11.645 amplia o texto do artigo 26 A, instituindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena em todas as escolas do país. O Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), por meio de um despacho do ministro da educação publicado no Diário Oficial da União em 18/04/2016 - portanto no contexto do golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff -, homologou as "Diretrizes Operacionais para implementação implementação da história e das culturas dos povos indígenas na educação básica em decorrência da Lei 11.645/08". O Parecer enfatiza a formação inicial e continuada de professores e a produção de pesquisas e de materiais didáticos na temática indígena. Incentiva ações conjuntas de professores e gestores na organização de projetos que ressoem não apenas na formação de uma consciência reflexiva e crítica de alunos e alunas, mas impactem a comunidade em que atuam.

6 Walter Mignolo alerta que é necessário desaprender o que nos foi incutido como universal pelas epistemologias ocidentais e reaprender com os saberes de grupos racializados pela colonialidade seguindo na linha do pensamento de fronteira, na coexistência de vários mundos, uma espécie de pluriversalismo. A descolonialidade, portanto, consiste em movimentos de desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008. p. 300-319).

7 A mudança posiciona os povos indígenas como agentes políticos e sociais junto ao Estado-nação concebido sob a hegemonia branca-mestiça (WALSH, 2019. p.11). Trata-se de um termo político e

A escola enquanto espaço de formação é local de combate às violências, tornando-se assim essencial aprender com os próprios indígenas de maneira empática,[8] ou seja, procurando compreender o outro e suas ações ao longo do tempo, inclusive na contemporaneidade, através das suas perspectivas. É importante frisar que hoje jovens indígenas produzem vídeos, canais no *youtube*, estudam nas universidades e produzem saberes acadêmicos ao mesmo tempo que mantém sua ancestralidade.[9] Compreender histórias e culturas indígenas no passado é essencial nas aulas de história, assim como faz parte da reflexão histórica entender que indígenas vivem no presente, muitas vezes em contexto urbano. Afinal, as questões que enfrentam na atualidade são resultantes de um passado que não passa. Povos originários resistem, portanto, marcados por opressões coloniais que se mantêm na colonialidade. A naturalização da violência contra indígenas e negros/as apontam marcas profundas do racismo estrutural que constitui a sociedade brasileira,[10] sendo, portanto, fundamental que se encare também um amplo debate sobre os privilégios da branquitude[11] dentro e fora das escolas.

A Terra Indígena Ibirama Laklãnõ[12], situada no Alto Vale do Itajaí, é uma comunidade conhecida no meio acadêmico e pouco visibilizada no espaço escolar e na sociedade, em geral. Pode-se afirmar que boa parte dos estudantes (e cidadãos)

filosofia de vida que respeita todos que fazem parte da nação, mas requisita aos povos indígenas, mesmo em sua diversidade, uma unidade no sentido de garantir direitos, para subverter a ordem colonial imposta até então. Vale, no entanto, lembrar uma crítica importante. Walsh identificou em seu estudo de caso a apropriação do modelo de interculturalidade pelo Estado com o discurso de ampliá-lo, mas acabou por camuflar a continuidade da colonialidade.

8 Peter Lee entende empatia histórica como a capacidade de compreensão do que levou sujeitos do passado a ter determinadas ações, de modo a torná-las compreensíveis na contemporaneidade. É um processo mental de colocar-se no lugar do outro em termos históricos (LEE, 2003).

9 Cristian Wari'u Tseremey'wa, indígena do povo Xavante com ascendência guarani ñandeva, tem um canal no Youtube com milhares de inscritos. Ao ser questionado sobre ser *digital influencer*, ele afirmou que prefere se declarar um "guerreiro digital". "Ser indígena é proteger nossa história, é fazer com que as futuras gerações tenham a mesma oportunidade que a gente teve de se sentir indígenas. E utilizando essa ferramenta que é a internet vou estar mostrando essa imensidão que é a cultura indígena. Podemos usar a tecnologia e ao mesmo tempo manter nossa cultura. Podemos manter nossa cultura e viver no mundo moderno." (Vídeo intitulado "Ser indígena no século XXI ep. 1": https://www.youtube.com/watch?v=XDaS70F2fPw)

10 Para Silvio Luiz de Almeida, o racismo está na estruturação das relações econômicas, políticas, jurídicas e até familiares construídas historicamente normalizando padrões e regras discriminatórias: "Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção" (ALMEIDA, 2019. p 33).

11 Para Lia Vainer Schucman, a branquitude é um lugar simbólico que varia de acordo com o local em que se vive, o contexto histórico e político em que se está inserido: "A branquitude é entendida como uma posição dos sujeitos que foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e imperialismo e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade" (2011. p. 23).

12 As terras da TI localizam-se no Estado de Santa Catarina, ocupando majoritariamente os municípios de José Boiteux, Doutor Pedrinho e, em menor proporção Victor Meirelles, Itaiópolis e Rio Negrinho. Considerada multiétnica, a TI abriga em torno de 3000 pessoas predominantemente Laklãnõ Xokleng, mas também dos povos Guarani e Kaingang, além de quilombolas.

desconhece os povos indígenas da região onde vivem, ou quando tem informações elas costumam se resumir aos contatos durante a colonização europeia, geralmente limitados à história inicial da escravidão e das missões jesuíticas. Por isso a importância de se ensinar e de estudar histórias singulares e culturas específicas, com enfoque nos diferentes contextos escolares. A partir deste entendimento, a história do povo Laklãnõ Xokleng é (re)construída neste artigo através sobretudo do diálogo com TCCs do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC)[13] e com Maria Elis Tolym Nunc-Nfôonro e Ana Roberta Uglõ Patté, que revelam vivências indígenas que resultam de um violento processo histórico e geram incansáveis lutas contemporâneas, por exemplo, pelo acesso e permanência no ensino superior e combate ao racismo. Produções acadêmicas e trajetórias de vida Laklãnõ Xokleng serão aqui o fio condutor para revisitar a história regional sob outra ótica. Como defende o literato Daniel Munduruku, "que essas vozes possam definitivamente ser ouvidas, com o direito garantido de fala, de poder contar sua história, para que de fato o Brasil consiga passar da adolescência para uma vida madura, onde todo mundo tem espaço" (MUNDURUKU, 2010, p.5). Vozes plurais de um Brasil plural.

História e pesquisa Laklãnõ Xokleng

O campo historiográfico da Nova História Indígena descortinou novas possibilidades de pesquisa na busca por compreender ações e interpretações de sujeitos e povos indígenas, diante de realidades diversas, ao longo da História do Brasil. A Nova História Indígena nos conduz a novas perspectivas de investigação ao aliar a história com a sensibilidade antropológica, oferecendo uma abordagem da história que analisa fontes orais de culturas ágrafas e documentos conhecidos à contrapelo para revelar uma história ocultada (MONTEIRO, 1999, p.238). Cada vez mais estudos revelam a agência indígena diante de situações adversas e diversas, e dialogam com as perspectivas históricas dos próprios indígenas. Se consolidam, portanto, análises para além do extermínio e da falta. Diante desta compreensão, seguem interpretações Laklãnõ Xokleng de sua própria história.

Carl Liwies Cuzung Gakran realizou um trabalho de pesquisa em busca de referências históricas sobre seus ancestrais Xokleng. Para Gakran, as cartas de jesuítas espanhóis das Missões do Guairá, do início do século XVII, são os documentos

13 Aprovado em 2010, o curso LII tem duração de quatro anos e funciona em regime concentrado, onde os estudantes cumprem atividades alternadas entre tempo universidade e tempo comunidade, realizando pesquisas de campo e visitas técnicas. O intuito principal é a habilitação de docentes que atuem em escolas indígenas nas áreas de linguagens, humanidades e conhecimento ambiental.

mais antigos que fazem alusão escrita aos Xokleng. D'Angelis & Veiga (1996, p. 93-94) transcrevem trechos destas correspondências como a do Pe. Montoya, datada de 1630, que relata rituais de cremação.[14] (GAKRAN, 2015, p.12) Nos campos de Guarapuava, no Paraná, o português Afonso Botelho de Sampaio e Souza registrou em seu mapa a população indígena que encontrou em fins do século XVIII como "gentios xaclan". "Bugres" e "Botocudos"[15], por sua vez, são as terminologias encontradas na Carta Régia de 5 de Novembro de 1808, na qual Dom João VI decretou uma guerra justa contra os nativos nos campos de Lages (*apud* Moreira Neto 1972: 408- 409). Ou seja, os registros documentais comprovam a presença dos antepassados dos Xokleng por estas terras do sul há centenas de anos.[16]

A mesma preocupação levou o pesquisador Jair Crendo a buscar respostas nos depoimentos dos anciãos de seu povo. Constatou nas entrevistas realizadas com Alfredo Patté (87 anos), Ivo Crendo de (67 anos) e Cuvei Weitcha (66 anos) que um grupo pode ter migrado do Norte do Mato Grosso em busca de melhores condições alimentares, pois havia escassez devido à quantidade de indígenas que ocupavam o mesmo espaço. "Segundo seu Alfredo, os Laklãnõ já tinham informação que nessa região sul havia muita caça e coleta, isso quer dizer que já havia tido grupos por aqui que passaram essa informação". (CRENDO, 2015, p.28) No entanto, com o passar do tempo e o recrudescimento da colonização no Estado de Santa Catarina e consequentemente no Vale do Itajaí, o povo Laklãnõ Xokleng acabou restrito ao espaço atual.

Os limites dos espaços territoriais são moldados em diferentes contextos por interesses distintos de grupos humanos, havendo muitas vezes conflitos. Segundo Paul Little (MARCON, 1992, p. 4), "o fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território

14 Segundo Vieira (2004 apud Hoerhann, 1921), "os mortos adultos, tanto os homens, como as mulheres, são incinerados, em grandes fogueiras, feitas de madeiras escolhidas com esmero. (...) Incinerando o corpo, recolhem, no sol seguinte, as cinzas, que depositam num buraco redondo, previamente forrado com cascas e folhas de arvores; sendo então tapado com terra e sobre o qual colocam rachões de madeira, construindo, por cima de tudo um rancho".

15 Os Xokleng no Alto Vale do Itajaí passaram a se definir Laklãnõ recentemente. Antes, pesquisadores atribuíram-lhes diversos nomes: Botocudos, Aweicoma, Xokleng, Xocre, entre outros. O termo Bugre é de uso corrente ainda hoje, e tem conotação pejorativa. O ato de nominar é um ato de poder, historicamente de instituir a propriedade sobre o outro e suas terras. Consequentemente, as mudanças de nomenclatura estão diretamente associadas aos processos de afirmação das identidades e ao direito conquistado de se autodenominar.

16 Os povos indígenas que ocupam o atual território catarinense - Guarani, Kaingang e Xokleng - descendem de grupos que habitam a região há milhares de anos. Conforme Schmitz, em meados do primeiro milênio, no planalto dos três estados do sul aparecem assentamentos com depressões semi esféricas no solo. Essas casas subterrâneas são os primeiros vestígios arqueológicos, em conjunto com sepulturas humanas, de uma população que os arqueólogos denominam Jê Meridional, ancestral dos Kaingang e dos Xokleng. O uso repetido dessas depressões nos mesmos locais indica a coleta de pinhão, atividade significativa, histórica e atual dos grupos Jê em Santa Catarina (SCHMITZ, 2013).

é um produto histórico de processos sociais e políticos". A implantação dos colonos europeus viria a ser implacável em Santa Catarina, restringindo as áreas territoriais dos indígenas a pequenas aldeias guaranis no litoral e terras indígenas majoritariamente Kaingang e Xokleng no oeste e Vale do Itajaí, respectivamente. Para os Laklãnõ, o "tempo do mato" se transformou aceleradamente a partir da metade do século XIX com a chegada de imigrantes alemães e, sobretudo, da atuação genocida dos "caçadores de bugres" conhecidos como bugreiros no início do século XX. Em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi criado com intuito de sedentarizar e integrar o indígena à sociedade nacional por meio da sua mão-de-obra. A criação do Posto Indígena Duque de Caxias consolida, assim, a restrição territorial vivida pelos Laklãnõ Xokleng ainda hoje.

> Em 1914 é que a "pacificação" aconteceu / No dia 22 de setembro foi que o índio Kóvi se rendeu, trazendo todo o povo indígena e a pacificação aconteceu / Não querendo mais ver sangue, de seus patrícios a correr, cansados de tantas lutas para a terra defender, pois vinha sendo invadida, numa batalha infernal / Morria índio todos os dias / Na praça de Blumenau era o cenário do horror / Onde era contado as orelhas, dos índios mortos sem temor, pelos bugreiros malditos (...) A Bela e Santa Catarina, que todos persiste em falar, está regada de sangue dos índios deste lugar / Xokleng, Kaingang e Guarani, bravos guerreiros a lutar, perseguidos por bugreiros, muito vieram a tombar, derramando o seu sangue, para a terra conquistar / Assim surgiu a história que ouvindo hoje tu estás / No dia 22 de setembro, já 100 anos se passou, em que esse povo guerreiro, sem querer a matar deixou, refletindo aquele dia no peito sinto compaixão, em vez de serem libertos, entraram na escravidão / A terra ficou pequena, acabou caça e o pinhão / As margens do rio eles andam, e os peixes onde estão? Morreram envenenados, com agrotóxicos das plantações, que os colonos derramam todos os dias pelo chão.[17]

A memória oficial considera a ação que aldeou os Laklãnõ Xokleng em 22 de setembro de 1914 como um empreendimento heróico de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann,[18] funcionário do Serviço de Proteção aos Índios (hoje FUNAI). No entanto, esta versão única da história regional é contestada pelas narrativas dos próprios Laklãnõ Xokleng, que como o poema acima de João Adão Nunc-Nfôonro de Almeida, apresentam esse evento como fruto de uma decisão indígena num contexto de extrema violência. Depois de perderem muitas vidas nas mãos dos bugreiros, com intuito de cessar a guerra, iniciaram uma nova relação com funcionários do SPI (WITTMANN, 2007, p. 162; TSCHUCAMBANG, 2020, p. 12; PRIPRÁ, 2015, p. 14). Osiel Kuita Priprá contesta o próprio termo pacificação; o seu povo prefere chamar o evento de contato,

17 João Adão Nunc-Nfôonro de Almeida. Disponível em : http://desacato.info/100-anos-de-resistencia-xokleng/, acesso em 01/jun/2021.

18 Eduardo de Lima e Silva Hoerhann nasceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1897. Seu pai, Miguel Hoerhann foi das forças armadas da Áustria até 1884. Ingressou no Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1912, com 15 anos. Foi durante décadas o responsável pelo aldeamento em Ibirama e permanece como uma figura controversa na memória dos Xokleng. Faleceu na cidade de Ibirama no ano de 1976.

onde houve articulação premeditada do grupo e negociações com os não-indígenas que substituem a posição de vítima para agentes da história, protagonistas do contato (PRIPRÁ, 2020, p. 14).

Décadas após o aldeamento, os moradores da TI do Alto Vale do Itajaí sofrem um novo e forte impacto territorial, social e cultural com a construção de uma barragem de contenção de cheias durante a ditadura militar. Este empreendimento, realizado sem estudo de impacto, consulta ou mesmo indenização, alagou parte significativa das terras férteis e dividiu os indígenas de uma para nove aldeias (PATTÉ SOBRINHO, 2015. p.14). A construção da Barragem Norte foi iniciada na década de 1970 com o objetivo de resolver os problemas das cheias do rio Itajaí Açú, que atingiam os municípios de Blumenau e Gaspar: "Sua conclusão foi em 1992, construída no limite sul da TI, mas praticamente 80% do lago é formado no interior da TI, o que significou a perda de cerca de mil hectares da área de produção agrícola" (NDILI, 2015, p. 25). Os pesquisadores Laklãnõ Xokleng são unânimes em apontar a construção da Barragem Norte como o evento responsável por diversas transformações prejudiciais ao povo, como no cultivo, alimentação, convivência e educação. Ao impedir a vazão das águas do Rio Hercílio, a barragem castigou a comunidade com sucessivas inundações e os líderes familiares decidiram cada qual buscar outros locais para viver, distanciando o convívio dos parentes. Cândida Patté relata que "os cemitérios estão todos debaixo da água, seus tios primos que foram enterrados naqueles antigos cemitérios estão todos debaixo da água". (PATTÉ, A.R.U, 2015, p. 29). Nas inúmeras vezes que ocorrem cheias, os serviços de saúde e escola são interrompidos, as aldeias ficam isoladas. "A criação das aldeias desarticulou a nossa organização social e é como se não fossemos mais um único povo." (NDILI, 2015. p.28)

> E o mesmo rio que no passado foi o pulmão da aldeia e enriqueceu a cultura Laklãnõ, rompeu as regras e os limites da harmonia. Mas a culpa não é do rio. Ela é a culpada. Com a barragem, muitas linhas da história narram a trajetória difícil do povo dono da terra. O rio, seu bem tão precioso, hoje aprisionado em uma barragem, durante anos alimentou e lavou o corpo e alma do povo Laklãnõ. A água antes calma e clara, hoje vermelha, marca de dor tudo o que encontra em tempos de cheia. (NUNC-NFÔONRO, 2019)[19]

"A partir da percepção histórica do povo Laklãnõ/xokleng de que a água é um elemento sagrado e essencial à manutenção da sua cultura e a toda vida" (PATTÉ, W.C.S., 2015. p.6), compreendemos o texto acima de Maria Elis Tolym Nunc-Nfôonro

19 Trecho do texto "Rio de histórias/Memórias de um Rio", de Maria Elis Tolym Nunc-Nfôonro, premiado no 21º Salão Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil ocorrido entre 23 e 31 de outubro de 2019 no Rio de Janeiro, através do 16º Concurso Tamoios – concurso que reconhece e premia escritores indígenas. A paixão pela literatura levou Maria Elis a escrever este texto inspirado nas memórias de infância, nas histórias que ouviu de sua mãe e seu avô sobre a relação de seu povo com o Rio Platê. Maria Elis tem escrito também para jornais de Santa Catarina e publicado em obras nacionais.

como uma denuncia do descaso que assola os Laklãnõ Xokleng e muitos outros povos indígenas no Brasil. Assim como Maria Elis, Ana Roberta Uglõ Patté acompanhou desde muito jovem os desdobramentos da construção da Barragem: são elas as duas principais interlocutoras deste estudo e, portanto, continuarão a dialogar conosco nas reflexões a seguir. Ana Patté, ao definir o tema do seu Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, pela UFSC, realizou uma pesquisa sobre a vida dos Laklãnõ antes e o impacto após a construção da Barragem Norte. Ela afirma que as interferências desta obra geraram prejuízos de ordem ambiental e sociais irreversíveis para os indígenas. Afinal, seu povo encara o meio ambiente como "a soma total do que está em torno de algo ou alguém. Ele inclui os seres vivos e as forças naturais" (PATTÉ A.R.U, 2015, p. 20).[20] Portanto, para os Laklãnõ Xokleng, "todos os seres da natureza possuem um espírito, inclusive a terra, por isso o respeito por essas entidades faz com que automaticamente o ambiente seja cuidadosamente preservado (PATTÉ A.R.U, 2015, p. 20). Essa conectividade forma uma rede de convivência entre seres vivos e espíritos, onde o ambiente é a garantia de sua existência. "Por isso a palavra na língua desse povo utilizada para ambiente é Ãg *Jóba*, que vai muito mais além do imaginável chegando a atingir até o mundo espiritual." (PATTÉ A.R.U, 2015. p. 21)

Ana Patté lamenta: "hoje vejo a barragem como algo que veio para desunir um povo (...) Os interesses econômicos foram privilegiados ignorando o modo coletivo de viver dos povos originários" (PATTÉ A.R.U, 2015, p. 21).[21] Contudo, apesar do benefício unilateral da Barragem Norte, Ana Patté revela que os anciães e lideranças indígenas têm total ciência de que a barragem protege as vidas dos residentes do Vale do Itajaí e afirmam que não são contra a construção, "mesmo sabendo que a mesma os prejudica muito e quem vem tirando vidas de vários indígenas[22] desde sua construção" (PATTÉ, 2015. p. 31). Essa concepção de mundo dos povos originários, disseminada tantas vezes por Krenak - "nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo" -, está impressa nas reflexões de Ana Patté (KRENAK, 2019, p.15). Existem vidas que valem mais? E modos de ser, de viver? Não podemos conviver na diversidade em busca de equidade? Desde os anos

20 Muitos estudantes Laklãnõ Xokleng do curso de Licenciatura Intercultural indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC tem o mesmo sobrenome, por serem primos, irmãos, pais e filhos. Desta maneira, para identificar o autor, optamos por indicar, conforme normas da ABNT, as iniciais de seus nomes de forma a diferenciá-los quando necessário.

21 Ver documentário "Enchente: o outro lado da barragem", produção Café Cuxá Filmes, realização Cimi Regional Sul, COMIN, FURB, UNILA. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kTKNmogdQAY

22 O trecho citado faz referência a morte de Lauro Juvei, cacique presidente assassinado brutalmente em 19 de abril de 2005, quando saía de sua aldeia Palmeira em direção às festividades do Dia do Índio. Foi ferrenho defensor da demarcação das terras indígenas. Houve também mortes por afogamento na área da barragem.

90 os Laklãnõ Xokleng se reúnem em acampamentos provisórios na área da barragem, em movimentos que chamam greves, para pressionar os órgãos governamentais a cumprir os direitos indígenas conquistados.[23] Atualmente, a Terra Indígena Ibirama possui 37 mil hectares declarados, dos quais os indígenas ocupam 14.156 hectares. Os Laklãnõ Xokleng travam hoje uma batalha importantíssima que pode abrir um precedente jurídico para tantos outros processos de demarcação de Terras Indígenas no Brasil.[24] As lutas de re-existência do povo do sol continuam fortes e constantes, sendo o rio Platê testemunha delas.

Lugar de mulher (indígena) é onde ela quiser estar

O conhecimento histórico é uma das ferramentas necessárias para a articulação entre o passado, o presente e o futuro. "Ela pode expandir nossa concepção do que o homem é capaz, mostrando-nos o que ele fez, pensou e foi, e como ele mudou" (LEE, 2011. p 39). A compreensão do passado e a problematização do presente dos quais os estudantes fazem parte podem atingir, através do estudo das narrativas de sujeitos distintos, um aprendizado crítico e cidadão da história. O sujeito narrador torna o mundo compreensível, como alerta Carolina Rovaris (2018, p.43). Evidenciar em sala de aula a agência e as interpretações históricas de pessoas silenciadas "abre espaço para que o aluno pense sobre si mesmo e qual é o seu lugar na História, isto é, desenvolva a consciência de ser agente histórico" (ROVARIS, 2018, p. 16). A utilização das narrativas indígenas como instrumento que mobilize o ensino da

23 As ações de greves ao longo de décadas contaram com a interdição de estradas, confisco de material utilizado na obra, manifestos escritos, reuniões entre representantes indígenas e do governo, piquetes em Florianópolis e Brasília, além de acampamentos no local de construção da barragem.

24 Recentemente o povo Laklãnõ tem protagonizado uma grande batalha judicial em torno da demarcação de suas terras. Tramita no Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário 1017.365, um pedido de reintegração de posse, movido pela Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (FATMA), transformada em Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), contra a FUNAI e o povo Laklãnõ Xokleng. O processo busca retomar parte da Reserva Estadual Biológica do Sassafrás, que está distribuída entre as cidades de Benedito Novo e Doutor Pedrinho, e parte dela está no território tradicional do povo Laklãnõ Xokleng. A disputa envolve o direito originário das populações indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, garantida pela constituição de 1988, argumento pautado na defesa da FUNAI. A FATMA (IMA), órgão do governo estadual, por outro lado, busca emplacar o falacioso marco temporal que para efeito de reconhecimento como terra indígena considera apenas as terras ocupadas em 05 de outubro de 1988, ou que estivessem em disputa naquela data em que a constituição entra em vigor. Desconsidera intencionalmente, portanto, a ocupação originária milenar e a violenta história das migrações forçadas e dos esbulhos de terras indígenas ao longo da história do Brasil. Em 20 de fevereiro de 2020, os Xokleng obtiveram uma vitória importante depois de protocolar no STF a suspensão dos efeitos do parecer 001/2017 da Advocacia Geral da União, conhecido como parecer anti demarcação, que busca estabelecer o questionável marco temporal além de vedar a ampliação de terras indígenas já demarcadas. O marco temporal restringe, portanto, o direito constitucional dos povos originários de acesso à terra e é defendido pelos ruralistas e empresários interessados na exploração de recursos naturais das Terras Indígenas.

temática indígena é recomendação do texto das diretrizes operacionais "(...) de que os próprios indígenas assumam o protagonismo de falar sobre suas histórias e culturas" como ação contundente para implantação da Lei 11.645/2008 (BRASIL, 2015, p. 7).

Nesse sentido, foi produzido um material didático como parte de trabalho apresentado no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História que visa não apenas desconstruir estereótipos correntes acerca dos indígenas, mas que os/as estudantes conheçam e investiguem a história regional do Vale do Itajaí-SC através do que contam os próprios indígenas, especificamente duas mulheres Laklãnõ Xokleng. Antes de apresentar o site educativo, no entanto, é fundamental que conheçamos um pouco mais das ideias e das trajetórias de Ana Roberta Uglõ Patté e de Maria Elis Tolym Nunc-Nfôonro, duas mulheres indígenas Laklãnõ Xokleng que vivem em cidades, são mães, têm formação universitária e são trabalhadoras.

Ana Roberta Uglõ Patté nasceu no ano de 1992 em Ibirama-SC, cidade vizinha da TI Ibirama Laklãnõ. Foi criada na Aldeia Palmeira, pertencente ao município de José Boiteux-SC, pelos avós maternos Francisco Kaudag Patté e Candida Patté, parteira respeitada entre os Laklãnõ Xokleng e conhecedora da medicina natural.[25] Uglõ foi nomeada pela mãe, Maria Kulá Patté Crendo, com o nome da bisavó. O nome de uma criança Laklãnõ Xokleng pode repetir o nome de um parente ancestral, avô, avó, tios, que são homenageados como se aquela pessoa pudesse novamente estar entre os seus (CUZIGNI, 2020, p. 24): "acredito que parte da minha bisavó está em mim". (PATTÉ A.R.U., 2015, p. 9) De uma família com mais três irmãos, Elaine Camlem, Vougcé Camlem e Atila Mokling Patté, Uglõ descobriu na escola não indígena, onde chegou com 6 anos, falando exclusivamente a língua Xokleng, que era Ana Roberta. Tem uma filha chamada Ajú Gabriela Patté Ndili, que alegrou a família e recebeu o nome da tataravó, conforme a tradição, significado forte por ter sido testemunha do contato ocorrido em 1914 e vivido mais de 100 anos neste mundo.

Apesar dos desafios, Ana não deixou de estudar. Concluiu o ensino médio, mas desistiu de frequentar o curso de superior em Artes Visuais em uma universidade particular por falta de recursos. No ano de 2011, iniciou o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC), onde "pude conhecer novos mundos, novas lutas de outros povos, foi então que comecei a fazer parte do movimento indígena." (PATTÉ, A.R.U. 2015, p. 10). Se formou em 2015 e atualmente vive em São Paulo/SP onde é assessora parlamentar para assuntos exclusivamente

25 Ana Patté não conheceu o pai, assim como Keli Regina Caxias Popó, nascida no dia 22 de setembro de 1980 na Terra Indígena Laklãnõ, Aldeia Figueira, que afirma que é "filha de mãe solteira, fato comum durante a década de setenta e oitenta, pois muitas jovens Laklãnõ acabavam se envolvendo com os operários que trabalhavam na construção da Barragem Norte, algumas se casavam com estes não indígenas e outras eram abandonadas grávidas pelos parceiros (POPÓ, 2015, p. 11).

indígenas na Mandata Coletiva da deputada estadual Isa Penna (PSOL). Membro da Articulação do Povos Indígenas do Brasil (APIB) e de outras organizações[26], militante feminista, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade, viaja por todo território nacional e exterior participando de acampamentos, debates, protestos e eventos como os importantíssimos Acampamento Terra Livre e Marcha das Mulheres Indígenas. Ao falar sobre os estudos, que viabilizaram sua forte atuação política e profissional, Ana Patté relembra os ensinamentos de seu avô:

> Meu avô dizia sempre que a gente precisava estudar, que os brancos continuariam a matar a gente, mas não com armas, com canetadas. Então a gente precisava se igualar no conhecimento científico a eles. Para poder enfrentá-los. Que além do conhecimento tradicional era necessário ter o conhecimento científico para nos defender e defender nosso povo. (PATTÉ A.R.U, 2019)

A universidade contribuiu para o reforço da identidade indígena e da ancestralidade Laklãnõ Xokleng de Ana Patté e de Maria Elis Tolym Nunc-Nfôonro. Maria Elis nasceu em Blumenau no dia 22 de novembro de 1983. É neta do primeiro professor indígena que atuou na TI Ibirama Laklãnõ, entre 1955 e 1977, Lino Nunc-Nfôonro. É filha de Maria Nunc-Nfôonro, que saiu da Aldeia Toldo com 16 anos e foi trabalhar na cidade de Ibirama, indo aos 20 para Blumenau. Maria Elis e sua irmã Gabriela nasceram em Blumenau, porém tem conexão frequente com a TI Ibirama Laklãnõ. Na principal cidade do Vale do Itajaí, sua mãe fez concurso e trabalhou com serviços gerais em escolas da rede municipal. Em 1999, a mãe de Maria Elis fez uma tentativa de retorno à TI, que se efetivou anos mais tarde. Como relata, as experiências na cidade são repletas de violências raciais:

> Aqui sempre fomos tachados como sujos, preguiçosos, sem cultura e tantos outros adjetivos. Diante dessa realidade, durante muitos anos tive muita vergonha de dizer que era indígena. Negava mesmo, afinal qual é o ser humano que sentiria coragem e orgulho de dizer que pertence a um povo que recebe tamanho preconceito e ofensa diante de si? Foram anos me escondendo atrás de uma máscara. Anos me camuflando. Anos de negação. (NUNC-NFÔONRO, 2019)

A negação é uma das formas de lidar com as tensões raciais de nossa sociedade, e é discutida no campo da psicologia para compreender um dos efeitos psicossociais do racismo no Brasil (SCHUCMAN, 2014). Neste caso de Maria Elis, uma mulher indígena negava sua própria origem na tentativa de se proteger da

26 Integrou o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPin), a comissão organizadora do Terceiro Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI) e da Conferência Regional de Política Indigenista, etapa regional Sul, e faz parte do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMIC) e do Projeto Maracá. Ana Patté teve seu rosto estampado em Oslo, na Noruega, para a Campanha "Sangue indígena, nenhuma gota a mais".

violência racial. Frequentou o curso de Letras entre 2002 e 2006, na Universidade Regional de Blumenau (FURB), período sobre o qual é categórica: “passei invisível na universidade” (NUNC-NFÔONRO, 2019). Acessou a graduação sem cotas, sem bolsa. Fez pós-graduação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em Curitiba-PR, onde realizou pesquisa sobre a abordagem (ainda invisibilizadora) de histórias e culturas indígenas em livros didáticos de Língua Portuguesa. Se tornou professora. Maria Elis se auto identifica como Laklãnõ Xokleng e continua morando na cidade de Blumenau, num apartamento no bairro Testo Salto, próximo da Escola de Ensino Básico Quintino Bocaiúva da rede pública municipal onde se efetivou como professora de língua portuguesa. No texto “Me deixem ser índia”, ela desabafa: “Meus antepassados concordaram em ficar em uma terra com limites. Eu não. Quero e vou continuar sendo índia aqui, lá ou acolá” (NUNC-NFÔONRO, 2017). A frase impactante menciona o processo histórico do contato/aldeamento e reforça que ser indígena independe do lugar que se vive, consequentemente, as políticas públicas conquistadas devem ser direcionadas aos indígenas sem restrições de moradia.

Maria Elis tem um filho de 15 anos, Joabe, e é contadora de histórias. É membro da ABRAMA (Associação “O Brasil é minha Aldeia”), que tem por objetivo garantir e defender os direitos dos povos indígenas em contexto urbano e/ou trânsito. É também idealizadora junto com a sua mãe do projeto “Acolhida na Aldeia”, por meio da qual organizam visitas guiadas a TI Laklãnõ-Xokleng. Promove também junto à Secretaria de Educação de Blumenau (SEMED) formação de professores e professoras em História e Cultura Indígena, bem como participa voluntariamente em palestras e debates, revelando a presença indígena na cidade. Márcia Wayna Kambeba, escritora de origem Omágua Kambeba, nascida em São Paulo de Olivença-AM, que cresceu em uma aldeia do povo Ticuna e hoje reside em Belém-PA, retrata esse viver indígena na cidade em poema: “Hoje, no mundo em que vivo / Minha selva, em pedra se tornou / Posso ser quem tu és, sem perder a essência que sou / Mantenho meu ser indígena / Mesmo vivendo na cidade (KAMBEBA, 2013).

Como afirma Stuart Hall, “essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, (...) são o produto de várias histórias e culturas interconectadas”. (HALL, 2014. p.52) A experiência de trânsito entre a cultura caribenha e inglesa na vida de Hall, sociólogo que nasceu na Jamaica e migrou para Inglaterra em 1951, motivou suas teorias sobre identidade desenvolvidas no campo dos estudos culturais. Hall defende que a identidade não pode ser definida como algo acabado, ela não é fixa, pode ser considerada uma “celebração móvel, formada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall 1987 apud Hall 2014, p.11). Márcia Kambeba, em

outro trecho do poema diz: "Não tenho a calma de outrora / Minha rotina também já mudou / Em convívio com a sociedade / Minha cara de "índia" não se transformou". Não deixam, portanto, de ser indígenas por viverem em cidades, assim como não estão negando sua identidade por não viverem em aldeias. A questão é que, como coloca o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, ser indígena é um "modo de ser, e não um modo de aparecer".[27] "Se usamos celular deixamos de ser indígena, mas se andarmos pelados na cidade somos presos. Que controvérsia! A cidade chegou até nós", dispara Ana Patté em entrevista ao canal Anticast em 2019.

Ao analisar documentos da comissão Pró-Índio e os dados do último censo do IBGE de 2010, Eduardo Soares Nunes conclui que o crescimento das cidades e a migração são fatores primordiais da presença indígena nas áreas urbanas, assim como também é importante o aumento da autodeclaração indígena. Nunes destaca que o desenvolvimento das cidades acabou englobando territórios indígenas: estradas passaram a cortar as aldeias, receberam asfalto, intensificaram o fluxo de veículos, de barulho, de circulação. Barragens invadiram e invalidaram terras férteis, desviaram rios, separaram povos. Há, portanto, aldeias próximas das cidades, cidades que surgiram no meio da aldeia, cidades que são centrais e recebem indígenas de vários povos e outras ainda que observam o vai e vem das TIs para as cidades (MELATTI, 2004 apud NUNES, 2010, p.19). Estas migrações podem ser sazonais ou definitivas e os motivos são diversos e relacionados: garantir o sustento da família, estudar, ter acesso a saúde, enfim, alcançar melhores condições de vida.

Ana Patté e Maria Elis Nunc-Nfôonro percorreram caminhos singulares que as trouxeram para as cidades. Ana nasceu e viveu na aldeia, estudou em Florianópolis, mora em São Paulo e constantemente volta para sua família na TI Ibirama Laklãnõ. Maria Elis nasceu na cidade, vive na cidade, e seu porto seguro é a terra indígena, onde vivem sua mãe e sua irmã. É para onde ela se desloca a cada final de semana, onde gostaria de morar, onde se sente em casa. O pertencimento a vários mundos faz parte da construção das identificações destas sujeitas, aldeia e cidade são espaços frequentados num constante "ser na relação com o outro" (LACAN apud HALL, 2014. p.25). São experiências únicas de cada indivíduo em sociedade, ancoradas na ancestralidade no caso destas mulheres indígenas.

Os Laklãnõ Xokleng, enquanto povo, experimentaram os impactos da colonização, do aldeamento e da construção da barragem, e tanto Ana Patté quanto

27 Entrevista de Eduardo Viveiros de Castro concedida em 26 de abril de 2006, publicada originalmente no livro Povos indígenas do Brasil 2001/2005 organizado por Beto e Fany Ricardo, disponível em: < https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf>, acesso em 06/08/2020.

Maria Elis tem suas trajetórias ligadas diretamente a este último contexto histórico. Ana teve dificuldades em frequentar uma escola indígena devido à barragem, as chuvas de julho a setembro inundavam tudo, além de sentir o peso do preconceito no Ensino Básico (PATTÉ. A.R.U, 2015, p.12). Cursar Licenciatura Indígena com ênfase em Direito e trabalhar em assessoria parlamentar para tratar de assuntos exclusivamente indígenas é uma escolha política de Ana. Maria Elis nasceu fora da TI, a redução de área agrícola devido aos alagamentos levou sua mãe a trabalhar em cidades vizinhas para se manter. Estas mulheres viram seus avós e pais lutarem pela demarcação, ouviram sobre as emboscadas dos bugreiros, tiveram parentes assassinados, sofreram e sofrem com o racismo. No entanto, essas histórias revelam resistências com a implantação da escola indígena na TI, a retomada da língua Xokleng, a ocupação de espaços universitários, entre outras conquistas. A história de outrora corre em suas veias e marca suas escolhas no agora.

Ana e Maria Elis elucidam resistências a um duplo silenciamento, por serem mulheres e indígenas, e denunciam fatos importantes no processo histórico de seu povo. Protagonizam lutas que visam garantir o território indígena de seu povo e que permeiam suas identificações enquanto indígenas que vivem nas cidades. Enfrentam, portanto, o machismo articulado ao racismo. Na época em que estudava na Licenciatura Intercultural Indígena, Ana Patté se deparou com um (entre outros) comentários em rede social que dizia: "Ensinam índias sentar em mandioca de branco?"[28] A linguagem é violenta e nos sinaliza que a hipersexualização da mulher indígena permanece forte no imaginário dos homens no século XXI. Em outro caso, no restaurante da ALESP, seu local de trabalho, um desconhecido tocou em seus cabelos e adereços plumários questionando se ela seria mesmo uma indígena. O desabafo de Ana representa a indignação de muitas mulheres:

> Meu corpo, minha cor, minha etnia, meus traços, meus brincos de pena ou de miçanga não dão direito a ninguém de tocar no meu corpo sem a minha permissão. Não podemos permitir que isso continue acontecendo nos dias atuais, menos ainda em nosso local de trabalho. Aquela visão de que corpos "diferentes" podem ser tocados com toda liberdade deve acabar.[29]

A vida nas cidades apresenta um leque de oportunidades como acesso a trabalho, educação e saúde. Contudo, oferece também grandes desafios, afinal, na cidade o que vale é o tempo do relógio e o valor do dinheiro. É local de poucos

28 Frase mencionada no evento "Quebrando preconceitos, construindo respeito: lutas e resistências dos povos indígenas". Organizado pela FURB, Comin, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (PROPEX). Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=0IFM8Aq9jjk>, acesso em 5/03/2020.

29 Nota de Repúdio publicada em rede social da Deputada Isa Penna (PSOL/SP) em 14/05/2019, onde consta o relato de Ana Patté, disponível em : < https://www.facebook.com/IsaPennaPsol/photos/a.270420549819259/1102545216606784/?type=3&theater&__rdc=1&__rdr>, acesso em 17/04/2020.

parentes indígenas, onde é exigido um constante atestado de existência de si e de resistência pelo todo.

> A gente percebe que o capitalismo desenfreado não respeita a natureza. A gente preserva o tempo, (...) a gente sabe que requer cuidado e tempo quando plantamos algo. O indígena trabalha com esse tempo, de usar o necessário, de compartilhar e dividir. A gente não precisa de tanto.[30]

Ser indígena na cidade é "um esforço que se faz para transitar em dois mundos", o tradicional e o não indígena. Um exercício constante para não se perder de si, enfrentando opressões e construindo diálogos interculturais (KAYAPÓ, 2021, p. 4). Essas jovens mulheres do povo Laklãnõ buscaram no ensino superior as armas dos *zug*, denominação dada a pessoas não indígenas na língua Xokleng. O mundo acadêmico é uma porta que se abre para o enfrentamento de inúmeras questões, oferecendo caminhos aos indígenas nos dias atuais. Ana Patté defende sua escolha pela luta na universidade: "A juventude indígena precisa estudar para lidar com esse mundo. Para continuar a resistência, que nossos antepassados tiveram" (PATTÉ A.R.U., 2019). Indo além, questiona o modo de vida capitalista: "o planeta está morrendo, as mudanças climáticas estão ali para mostrar o que está acontecendo. (...) Vocês vão mudar as práticas de vocês? A gente está alimentando o capitalismo, alimentando a morte de indígenas" (PATTÉ, A. R. 2019). O diálogo com essas mulheres Laklãnõ Xokleng as reconhece neste trabalho, evidentemente, como sujeitas da história e produtoras de conhecimento.

Ensino de história do Vale do Itajaí indígena

Ensinar história exige conhecimento e sensibilidade, constantemente pensamos sobre o passado à luz de demandas do presente em contextos escolares específicos. Flávia Eloisa Caimi reforça que o professor é um mediador que se interpõe entre a cultura disponível, o currículo prescrito e o aluno (CAIMI, 2015, p. 115), tendo cunhado a célebre frase de que "para ensinar História a João é preciso entender de ensinar, de História e de João" (CAIMI, 2015, p.112). Neste sentido, o professor/a mobiliza saberes na prática pedagógica que precisa considerar as singularidades de cada turma, de cada indivíduo, enfim, assume ligações entre a história local para compreender o global (SILVA, 2019, p. 53). A aprendizagem histórica volta-se ao processo que ocorre no pensamento ao desempenhar uma movimentação das três expressões temporais - passado, presente e futuro -, com a intenção de significar o presente a partir da

30 "Ações sustentáveis em tempos de pandemia", diálogos entre Associação O Brasil É Minha Aldeia (ABRAMA) e Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra - Santa Catarina, em 21 de maio de 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/psicologiaepovosdaterrasc/videos/567514457522480

experiência no tempo projetando ações referentes ao futuro. O professor deve propor, portanto, atividades desafiadoras que provoquem desequilíbrios em verdades estabelecidas, descortinem novas possibilidades de análise do contexto onde vivem e mobilizem estes conhecimentos para ações na vida prática (CAIMI, 2006. p.25).

As reações de incômodo na escola quando exploramos temas relacionados às relações étnico-raciais demonstram a necessidade de um trabalho pedagógico potente no ensino de história indígena. No Vale do Itajaí, o conhecimento limitado sobre a existência do povo Laklãnõ Xokleng, que ocupa a segunda maior Terra Indígena do Estado de Santa Catarina, diz muito sobre os silenciamentos e as violências desta história regional. A promoção de uma educação que enfrente o preconceito, o racismo e a intolerância deve estar pautada no reconhecimento e na valorização de culturas diversas que constituem a sociedade, sobretudo daquela que os/as estudantes fazem parte. Portanto, a opção por trabalhar com narrativas indígenas de mulheres que conectam o passado dos Laklãnõ Xokleng com suas demandas contemporâneas conduz o debate para desconstrução de estereótipos correntes e de uma história única sobre o Vale do Itajaí, que silencia essas sujeitas por serem mulheres e indígenas que vivem em cidades. A história eurocentrada do homem branco supostamente universal dá lugar a de mulheres Laklãnõ Xokleng, que vivem e fazem história na mesma região do Vale do Itajaí, e para além dela.

O material didático que gostaríamos de apresentar aqui, intitulado "Gente Agente: investigação histórica"[31] foi apresentado como parte de dissertação defendida no Mestrado Profissional em Ensino de História.[32] Trata-se de um site educativo, disponível também em ebook, inspirado no material desenvolvido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) chamado "Detetives do Passado".[33] "Gente Agente" segue o protótipo do projeto fluminense utilizando materiais diversos e, especificamente, narrativas de duas mulheres indígenas envolvidas em situações-problema que visam instrumentalizar para a educação histórica. Em outras palavras, intenta-se através de documentação histórica e atividades propostas conhecer a história do povo Laklãnõ Xokleng e refletir sobre o indígena hoje e suas demandas, contribuindo com a implementação da Lei 11.645 e suas diretrizes correspondentes.

31 Disponível em https://claristoria.wixsite.com/genteagente

32 Mestrado defendido por Clarice Ehmke Gayo em 07/06/2021 e orientado por Luisa Tombini Wittmann na Universidade do Estado de Santa Catarina. Banca composta pelas professores doutores Giovani José da Silva (UNIFAP) e Cíntia Régia Rodrigues (FURB).

33 "Detetives do Passado", coordenado pela professora Dra. Keila Grinberg (UNIRIO), é um site dedicado a temática da escravidão africana, que apresenta documentos diversos como mapas, cartas e fotografias que ajudam a desvendar casos históricos. Disponível em: http://www.numemunirio.org/detetivesdopassado/, acesso em 13/05/2019.

O ensino de história(s) e cultura(s) indígena(s) é obrigatório em todo âmbito e currículo escolar brasileiro desde o ano de 2008. "Gente Agente" é adequado para uso em aulas a partir do 7º ano do Ensino Fundamental, abarcando inclusive o Ensino Médio. Devido a diferentes realidades escolares e momentos da trajetória estudantil, a utilização do material pelo/a professor/a independe de uma sequência, oferecendo assim a possibilidade de explorar temáticas separadamente e em anos distintos conforme avaliação e adaptação do/a docente. É importante ressaltar que há disponível uma versão ebook, que possibilita o uso offline do material por professores/as e estudantes.[34] O site e o ebook exploram, portanto, por meio de oficinas documentais, diferentes agências: a de professores/as que inovam métodos frente aos currículos e conduzem os debates para construção coletiva de conhecimento; a dos/as estudantes que confrontam suas percepções sobre sujeitos indígenas numa aprendizagem crítica e transformadora; e dos/as indígenas enquanto protagonistas que narram sua própria história.

A historiadora portuguesa Isabel Barca propõe uma metodologia prática para o ensino de história que chama de aula-oficina, defendendo que a aprendizagem histórica deve ocorrer a partir do conhecimento prévio de alunos/as e através da análise de documentação histórica. Na proposta de Barca, os/as estudantes são vistos como agentes de seu conhecimento e o professor precisa assumir-se como investigador social que interpreta o mundo e compreende que sua intervenção propositiva é primordial na aprendizagem histórica (BARCA, 2004, p.133). A adoção deste modelo no material "Gente Agente" envolve as trajetórias das nossas protagonistas na investigação da história do povo Laklãnõ Xokleng e do ser indígena contemporâneo, desafiando estudantes a pensar historicamente por meio da elaboração de hipóteses e argumentações. Fornecemos, portanto, instrumentos para uma aprendizagem significativa que promova uma progressão no domínio da cognição histórica (CAIMI, 2019, p. 210). Isso sugere o desenvolvimento de ideias já conhecidas pelos/as estudantes por meio da resolução de questões problematizadoras ancoradas na interpretação de fontes documentais.

O estudo de documentos históricos traz à tona perguntas sobre quem os elaborou, com quais intenções, por quais motivos foram guardados, suscitando reflexões que demonstram que a história é complexa e reverbera na contemporaneidade. Esse exercício de cruzamento de fontes instiga os/as estudantes à investigação histórica. O objetivo não é formar mini-historiadores, mas instrumentalizar jovens a observar o

34 A dificuldade de acesso à internet em muitas escolas impulsionou o trabalho de adaptação do site em ebook, diagramado pelo designer Tarik Assis Pinto, que pode ser baixado em https://drive.google.com/file/d/1KruuK5wwA7eSN1lne1D4hqJ5X1D0OMZi/view?usp=sharing

contexto em que vivem analisando-o de forma crítica, complexificando sua compreensão dos processos históricos. A Base Nacional de Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e implementada a partir de 2020, defende que o "documento para o historiador é o campo da produção do conhecimento histórico; portanto, é esta a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos". (BRASIL, 2017. p.418)

Duas propostas didáticas contendo seis aulas-oficinas, denominadas Caso Tolym e Caso Uglõ em referência aos nomes indígenas de Maria Elis e Ana, são a base de "Gente Agente: investigação histórica".[35] As problemáticas apresentadas partem de situações do presente para compreender a história do povo Laklãnõ Xokleng, sua resistência no ontem e hoje, através da trajetória destas duas mulheres indígenas. Em cada aula-oficina os/as estudantes consultam fontes como mapas, vídeos, relatos de indígenas e decreto governamental a fim de solucionar questões propostas em cada etapa. Cada uma das oficinas tem, portanto, uma ou mais tarefas a serem desenvolvidas, e sua resolução depende da consulta aos documentos específicos organizados em pistas numeradas. As fontes que compõem as oficinas, de suportes e linguagens distintas, foram cuidadosamente escolhidas para provocar reflexões potentes pedagogicamente. Apesar do foco das problematizações estar na história dos Laklãnõ Xokleng e de Maria Elis e Ana Patté, narrativas de sujeitos de outros povos contribuem para aprofundar os temas abordados, entre eles as experiências de indígenas nas cidades, nas universidades e na política.

O site traz ainda uma aba que consideramos fundamental chamada "Desafio - o que os indígenas pensam de você?" A prática de pensar sobre o indígena a partir de si é algo naturalizado, no entanto não é usual exercitar a escuta do que os/as indígenas tem a dizer sobre o "homem branco" ou o "povo da mercadoria", como define de maneira certeira o xamã e líder indígena Davi Kopenawa Yanomami. O modo de vida destrutivo da sociedade ocidental, instituído na modernidade e aprofundado de forma avassaladora na contemporaneidade, é elucidado por Kopenawa de maneira impactante no livro "A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami". De fato, deixamos de sonhar com o outro para sonhar com o ouro.[36] O modo de ser e de estar no mundo Yanomami ou Laklãnõ Xokleng, portanto, no ensina muito sobre história, sobre a humanidade.

35 Não será possível esmiuçar aqui as propostas e questões trabalhadas em cada aula-oficina, reforçamos então o convite ao acesso ao site, que está em constante aprofundamento, e a fazer o download do ebook para uso em sala de aula.

36 "Por quererem possuir todas as mercadorias, foram tomados de um desejo desmedido. Seu pensamento se esfumaçou e foi invadido pela noite. Fechou-se para todas as outras coisas. Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios. (...) Sonham com seu carro, sua casa, seu dinheiro e todos seus outros bens - os que já possuem e os que desejam possuir. (...) Temo que sua excitação pela mercadoria não tenha fim e eles acabem enredados nela até o caos. (KOPENAWA, 2015, pg. 407-419).

Para finalizar, gostaríamos de compartilhar uma frase emblemática postada nas redes sociais de Ana Patté, de autoria de Zahy Guajajara: "nossa função enquanto indígenas 'urbanos' é descolonizar os colonizadores."[37] O discurso hegemônico que exclui e alimenta a branquitude é combatido pelas mulheres indígenas que estão nas cidades, ocupando as universidades e tantos outros espaços. Recentemente, Maria Elis Nunc-Nfôonro recebeu de sua mãe um nome indígena, Tolym, que significa "alto da montanha" ou "ponto mais alto da montanha". Orgulhosa de ser contemplada em seu desejo, ela comenta a sensação: "ter o nome indígena é muito importante e significativo para mim. (...) Meu novo nome reforça meu pertencimento, enterra minhas raízes como um pé de mandioca".[38] Afinal, ressalta Ana Patté, "não é minha roupa, não é meu cabelo, não é minha pele. É o que corre nas minhas veias. É minha história, e de onde eu vim, é o meu povo que me reconhece indígena".[39]

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019. Ebook.

BANIWA, Gersem. Entrevista. **Revista História Hoje**, Dossiê Ensino de História Indígena, vol.1, n.2, 2012.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do projeto a avaliação. In: **Para uma educação histórica com qualidade:** Atas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Centro de Estudos e Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na educação básica em decorrência da Lei 11.645/08.** Brasília: MEC/CNE/CEB, 2015.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de História? **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez.

37 Disponível em: https://www.facebook.com/ana.patte.7/posts/3198883806856250, acesso em 25/08/2020. Euzilene Prexede do Nascimento Guajajara é do povo Tenetehara-Guajajara, Reserva Indígena Cana Brava no Maranhão.

38 Postagem em rede social de Maria Elis em 20 de abril de 2021, disponível em: https://www.facebook.com/mariaelis.nuncnfoonro.5, acesso em 20/05/2021.

39 Disponível em http://anticast.com.br/2019/05/anticast/anticast-387-o-movimento-indigena-brasileiro/, acesso 20/05/2020.

_____. Progressão do conhecimento histórico. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **Dicionário de Ensino de História.** Rio de Janeiro: FGV, 2019, p.209-213.

_____. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, 2006, pp.17-32.

Carta de Repúdio contra o racismo sofrido pelos estudantes indígenas da UFSC. Florianópolis:UFSC, 2016. Disponível em: <http://178.62.201.127/noticia/ cultura-doodios-contra-os-indigenas-se-expressa-na-ufsc>, acesso em 20/10/2020

CASTRO-GOMES, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón (Org.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

CRIRI, João. **A Alimentação Tradicional Laklãnõ-Xokleng.** Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2015.

CRIRI, Voia. **Impactos da colonização e da barragem norte sobre a espiritualidade do povo Laklãnõ/Xokleng:** memórias do ritual do Pétogdé. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2020.

CRENDO, J. G. **O espaço tradicional Xokleng/ Laklãnõ**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2015.

CUZIGNI, Vilma Couvi Patté. **Dança das Árvores e a Dança da Voz:** jeito de dar nome às crianças no Povo Xokleng/Laklãnõ. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2020.

GAKRAN, Carl Liwies. **Vãjẽky** óg **goj** tá **kapó jó – Os Vãjẽky saíram da água.** Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

KAYAPÓ, Edson; SCHWINGEL, Kassiane (orgs.) **Universidade: território indígena.** Porto Alegre: COMIN, Fundação Luterana de Diaconia, 2021.

KAMBEBA, Marcia Wayna. **Ai Kakyri Tama:** eu moro na cidade. Manaus: Grafisa, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEDA, Manuela Corrêa. Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. **Temáticas**, Campinas-SP, v. 23, n.45, 2015.

LEE, Peter. “Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé”: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, Isabel. **Educação Histórica e Museus.** Minho/PT: Centro de investigação: Instituto de Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 2003.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MARCON, Telmo. **Memória, História e Cultura.** Chapecó: Argos, 2003.

MIGNOLO, Walter (ed.). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 34, 2008, pp. 287-324.

MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (org.) **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.237-256.

MORTARI, Claudia. O “equilíbrio das histórias”: reflexões em torno de experiências de ensino e pesquisa em História das Áfricas. In: **Nossa África: ensino e pesquisa.** São Leopoldo: Oikos, 2016.

MUNDURUKU, Daniel. O ato indígena de educar(se): uma conversa com Daniel Mundukuru. (2010). Disponível em: http://www.bienal.org.br/post/3364, acesso em 16/04/2019.

NDILI, Neuton Calebe Vaipão. **Mudanças socioambientais na comunidade Xokleng Laklãnõ a partir da construção da Barragem Norte.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2020.

NUNC-NFÔONRO, Maria Elis Tolym. “Me deixem ser índia”, **Jornal de Santa Catarina:** Blumenau, 19/04/ 2017 . Ano 46 - No. 14.065.

_____. Depoimento para Rede de Articulação Psicologia e povos da Terra/SC, publicado em 20 de abril de 2019, disponível em: <https://www.facebook.com/psicologiaepovosdaterrasc/photos/ a.2694716524140123/2694716544140121>, acesso em 10/07/2020.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. In: **Espaço Ameríndio,** Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

PATTÉ, Alair Ngamum. **Histórias cotidianas do povo Laklanõ.** Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2015.

PATTÉ, Ana Roberta Uglô. Barragem norte na Terra Indígena Laklãnõ. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2015.

_____. ANTICAST 387: O Movimento Indígena Brasileiro. Entrevistador: Ivan Mizanzuk. Entrevistada: Ana Patté. Curitiba, 1 maio 2019, Disponível em: <http://anticast.com.br/2019/05/anticast/anticast-387-o-movimento-indigenabrasileiro

PATTÉ, Woie Kriri Sobrinho. **Gestão da água na TI Laklãnõ Xokleng**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2015.

PRIPRÁ, Osiel Kuita. **O contato descrito pelos Laklãnõ Xokleng, os descendentes de Kaingang e as trocas de costumes e saberes**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2020.

PRIPRÁ, Zilda. **Organização social e política Lakãnõ/Xokleng**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e a Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.

ROVARIS, Carolina Corbellini. **Nos rastros de sujeitos diaspóricos:** narrativas sobre a diáspora africana no ensino de história. Curitiba: Appris, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem é esta? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender História: perspectivas da Educação Histórica.** Ijuí: Unijuí, 2009, p. 21-50.

SCHMITZ, Pedro Inácio. A ocupação pré-histórica do Estado de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos**. Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, n. 11, p. 6-24, 2013.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:** branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo, FAPESP: Annablume, 2014.

TSCHUCAMBANG, Copacãm. **Artefatos arqueológicos no território Laklãnõ / Xokleng-SC**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: UFSC, 2015.

VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e Reelaboração na Cultura Material dos Xokleng. Dissertação.** Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o Botoque:** imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí (1850 – 1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

Recebido em junho de 2021.
Aprovado para publicação em outubro de 2021.